RELATÓRIO 2021 1º SEMESTRE

SINDIFISCO

SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

sindifisco.org.br

DESTAQUES

Esforço Fiscal
Pg.5

Mais segurança jurídica
Pg. 7

Para sempre lembrados
Pg. 9

Reforma da Previdência
Pg. 12

Arrecadação de R$ 3 bilhões repercute no Estado
Pg. 22

EDITORIAL

ARRECADAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia explicitou a importância da arrecadação pública para a manutenção de uma vida "normal" em meio ao caos. Aqui, em 2020, o ano em que o mundo parou, os recursos arrecadados pelo Fisco permitiram ao Governo do Estado investir R$ 447 milhões em infraestrutura e chamar 3.228 servidores remanescentes de concursos anteriores. Em 2021 estão sendo nomeados mais de 2.000 profissionais, com reforços em áreas como Saúde, Segurança, Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado e Educação. Em dois anos, foi possível quitar R$700 milhões da dívida da saúde.

Foi com o dinheiro da arrecadação que neste ano foram repassados R$ 600 milhões para a ativação de leitos de UTI na rede privada; R$ 300 milhões para a aquisição de vacinas; R$ 350 milhões para as rodovias federais que cruzam Santa Catarina. Foi este recurso que garantiu 218 novas viaturas para a PM e o Plano "SC Mais Segura", com investimento superior a R$ 300 milhões. Também saiu da arrecadação o novo piso salarial de R$ 5 mil que deve ser pago para todos os professores do Estado.

Parece mágica, mas é trabalho de longo prazo. Santa Catarina, há décadas, conta com um time de especialistas que é referência nacional em fiscalização e monitoramento. Aqui o Fisco tem uma relação harmônica com o contribuinte e segue a filosofia de orientar antes de punir. Em que pese o pioneirismo dos nossos sistemas, damos a oportunidade da regularização espontânea, pois reconhecemos no contribuinte catarinense o perfil de bom pagador.

Nossos auditores fiscais são reconhecidos pelas soluções de vanguarda, como o recente "Malhas Fiscais" e somos referência no controle do varejo e dos combustíveis. Estruturamos um banco de preços que gera significativas economias ao Estado. Alteramos o contencioso tributário para facilitar a interação com o contribuinte. Temos fiscalização consistente voltada ao devedor contumaz, para evitar concorrência desleal e corrupção.

Por isso, nenhum governante precisa lançar mão do aumento de impostos em Santa Catarina. Por isso, boa parte das atividades econômicas seguem aquecidas. Por isso, empresas do Brasil e do mundo escolhem o Estado para instalar suas filiais. Por isso, continuamos gerando emprego e renda. Por isso, em Santa Catarina, a gente vive mais e melhor.

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDIFISCO – JUNHO/2021
AVENIDA TROMPOWSKY, 291 – SALA 1203 - CEP 88015-300 FLORIANÓPOLIS - SC | SINDIFISCO@SINDIFISCO.ORG.BR

DIRETORIA 2019 - 2022

PRESIDENTE
José Antônio Farenzena

VICE-PRESIDENTE
Asty Pereira Júnior

2º VICE-PRESIDENTE
Odilo Aloício Pritsch

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Fabiano Dadam Nau

DIRETOR FINANCEIRO
Leandro Luís Darós

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
Thiago Chaves

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Clóvis Luiz Jacoski

DIRETOR DE POLÍTICAS E AÇÕES SINDICAIS
Sérgio Dias Pinetti

DIRETOR DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Brani Besen

DIRETOR DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS
Eduardo Antônio Lobo

DIRETORA DE PROJETOS ESPECIAIS E AÇÕES SOCIAIS
Rosimeire Celestino Rosa

SUPLENTES
Achilles César C. Barroso Silva, Carlos Alberto Sirydakis, Dogeval Augusto Sachett, Inácio Erdtmann, Irineu Giombelli , José Zomer Sobrinho, Lauro José Cardoso, Valêncio Ferreira da Silva Neto.

SINDIFISCO
SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NOTÍCIAS

ESFORÇO FISCAL

Arrecadação de Santa Catarina bate recorde histórico de R$ 3,1 bilhões em janeiro e segue em alta no primeiro semestre de 2021

Se de um lado a União amargou o pior resultado da década em 2020 e seguiu registrando resultados pouco expressivos nos primeiros seis meses do ano, Santa Catarina iniciou 2021 alcançando a marca inédita e histórica de R$ 3,1 bilhões arrecadados em um único mês, janeiro. Outro dado relevante: 97% deste valor corresponde à arrecadação própria do Estado.

Presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena foi enfático ao atribuir o resultado ao trabalho realizado pelos auditores fiscais. "Este desempenho tem relação direta com a atividade e presença fiscal, com os controles e engajamento pessoal do corpo técnico. Não se trata de conjuntura, se fosse assim outros Estados e a União também teriam registrado crescimento. Considerando o ano de 2020, crescemos 2,3% na arrecadação anual total e 2,6% na arrecadação anual do ICMS, enquanto na União o resultado foi negativo em 6,9% em 2020, o pior resultado da década", analisou Farenzena.

O desempenho da arrecadação em janeiro de 2021 foi apenas o primeiro de uma série de excelentes resultados. E em momento algum houve o aumento de impostos estaduais - tal prática foi recorrente para mais de 20 estados na recessão econômica registrada entre 2015 e 2016. Aqui, ao contrário, a carga tributária foi e é uma das menores do País, com o menor ICMS por litro de diesel do Brasil e o 3º menor por litro de gasolina, por exemplo.

Referência para todo o País, o trabalho consolidado da administração tributária estadual fez a diferença na rápida recuperação da economia catarinense após o primeiro abalo da pandemia. A manutenção das atividades mesmo com a crise e as novidades como a NFC-e (Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor) e o aplicativo Malhas Fiscais colaboraram diretamente para o bom desempenho no resultado de 2020.

Arrecadação estadual segue crescendo no primeiro semestre de 2021

Em fevereiro, um mês mais curto e sem as festividades do Carnaval devido às restrições impostas pela Covid-19, a arrecadação estadual não decepcionou e fechou em R$ 2,8 bilhões - só o ICMS respondeu por R$ 2,2 bilhões. Naquele momento, o crescimento de setores como o de materiais de construção, transportes e indústria metalmecânica indicava o que se tornaria realidade nos meses seguintes: o aumento do consumo das famílias e a retomada das importações de produtos catarinenses.

Já em março, Santa Catarina arrecadou outros R$ 2,8 bilhões, crescimento de quase 16% na comparação com o mesmo mês de 2020. O desempenho de abril bateu na casa dos R$ 2,9 bilhões (crescimento de 51,2% na comparação com abril de 2020). "Entre abril e junho de 2020, a economia catarinense praticamente parou devido à pandemia, com queda brusca na arrecadação. Um ano depois, com a retomada da atividade industrial, com as exportações, o agronegócio e o trabalho fiscal, registramos este crescimento de mais de 50%", explicou o presidente Farenzena.

Quase R$ 3 bilhões novamente em junho

Santa Catarina encerrou maio com **arrecadação de R$ 2,9 bilhões.** Em junho, o Estado arrecadou outros R$ 2,9 bilhões. Os dois resultados corresponderam a crescimento que girou em torno dos 50%. A variação é alta devido a base de comparação, que considera o segundo trimestre de 2020, meses fortemente impactados pela pandemia.

A expectativa para o segundo semestre de 2021 é de manutenção do crescimento arrecadatório, mas as expressivas altas registradas entre abril e junho devem dar lugar a números mais realistas. "De agora em diante, deveremos ter percentuais de crescimento mais realistas porque a base de comparação será do início da recuperação econômica catarinense", explica o diretor de Políticas e Ações Sindicais do Sindifisco/SC, auditor fiscal Sérgio Pinetti.

ARRECADAÇÃO TOTAL DE SANTA CATARINA EM 2021

ENTREVISTA

MAIS SEGURANÇA JURÍDICA

Sindifisco reivindica mudanças na Lei Complementar 105/2001 em defesa da igualdade de autonomia entre auditores fiscais das Receitas Estaduais e Federal

Diretor de Comunicação do Sindifisco/SC, o auditor fiscal Thiago Chaves vem liderando as articulações da categoria em torno da mudança na Lei Complementar 105/2001, que na prática garantirá mais segurança jurídica aos auditores fiscais no momento de monitorar transações e operações com intuito comercial recebidas pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica). Confira a entrevista:

Por que o Sindifisco/SC está defendendo alterações na Lei Complementar 105/2001?

Thiago Chaves - O Sindifisco defende os interesses do Estado e a autonomia do auditor fiscal. A alteração desta Lei Complementar é necessária para conferir igualdade de autonomia entre os auditores estaduais e os auditores fiscais da Receita Federal.

Atualmente, para termos acesso às informações financeiras, precisamos enfrentar regularmente um trâmite burocrático que, com a alteração da legislação, passará a ser simplificado, facilitando o combate à sonegação com o uso das informações provenientes de todo o sistema financeiro nacional.

O projeto regulamentando as mudanças já está tramitando no Congresso? Qual foi a receptividade dos parlamentares?

Thiago Chaves - O projeto recebeu o apoio de deputados federais de várias Unidades da Federação porque, quando aprovado, fortalecerá os Fiscos Estaduais e garantirá que a sonegação fiscal não seja acobertada por instituições financeiras. No momento, o projeto encontra-se apensado ao PLP 427/2017, mas estamos em contato com o deputado federal catarinense Darci de Matos (PSD/SC) para que ele trabalhe pelo desapensamento ou para que o PLP 427/2017 seja apreciado pelo plenário da Câmara dos Deputados o quanto antes.

O que, na prática, muda no trabalho do Fisco de SC com a alteração na legislação federal? É possível concluir que teremos ainda mais eficiência na fiscalização, por exemplo?

Thiago Chaves - Com a alteração da legislação, os Fiscos Estaduais de todo o Brasil conseguirão realizar malhas fiscais com mais efetividade porque todas as informações financeiras estarão disponíveis. As malhas fiscais otimizam o trabalho do Fisco e permitem um incremento de arrecadação sem a necessidade de diligência prévia ao estabelecimento. Este trabalho reflete em uma concorrência leal mais justa porque a regularidade de todos os contribuintes é conferida ao mesmo tempo. É, na prática, mais um instrumento importante de fiscalização e combate à sonegação fiscal.

"Atualmente, precisamos enfrentar um trâmite 'burocrático para ter acesso a informações financeiras, o que será simplificado com a alteração da legislação, facilitando o combate à sonegação."

"O projeto recebeu o apoio de deputados federais de vários Estados porque, quando aprovado, garantirá que a sonegação fiscal não seja acobertada por instituições financeiras."

- Thiago Chaves

PROJETO DEVE GANHAR PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Apresentado pelo deputado federal Darci de Matos (PSD) em 9 de junho, o Projeto de Lei Complementar 87/2021 deve ganhar prioridade na pauta do Congresso a partir do segundo semestre de 2021. A proposta, construída pelo parlamentar com o apoio dos auditores fiscais de Santa Catarina, altera a legislação de 2001 e garante aos Fiscos Estaduais o acesso a uma série de informações atualmente restritas às instituições bancárias e à Receita Federal. "Vou trabalhar para desapensar o projeto e dar celeridade para a tramitação", antecipa Darci de Matos. "É prioridade garantir essa isonomia entre os auditores fiscais estaduais e federais para fortalecer as ações de combate à sonegação e também colaborar com a arrecadação para os cofres públicos", completa.

Não é de hoje que **Darci de Matos vem apoiando as causas do Fisco.** Vereador por dois mandatos em Joinville, foi deputado estadual em três legislaturas e teve importante atuação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. Cumprindo seu primeiro mandato como deputado federal, foi destaque nacional ao assumir a responsabilidade de relatar a PEC 32 – o parlamentar recebeu elogios do ministro Paulo Guedes (Economia) pelo trabalho que desempenhou. Vice-presidente da CCJ da Câmara e vice-líder do PSD, o parlamentar mais uma vez se coloca à disposição de toda a categoria para defender pautas prioritárias em Brasília. "Eu tenho o maior respeito pelos auditores fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda e fico à disposição da categoria", reforça em mensagem ao Sindifisco/SC.

PARA SEMPRE LEMBRADOS

Sindifisco/SC realiza homenagem aos **auditores fiscais que perderam a vida durante a pandemia da Covid-19**

A exemplo do que ocorreu em todo o Brasil nesta pandemia, o Fisco de Santa Catarina também amargou a perda de vidas no primeiro semestre de 2021. Entre auditores fiscais ativos e inativos, pelo menos 13 acabaram falecendo nos primeiros seis meses do ano – a maioria perdeu a batalha para a Covid-19.

Foi pensando em homenagear estes profissionais que dedicaram suas vidas ao serviço público que a diretoria deu o nome de AFRE Paulo Roberto Elias à sala de reuniões do Sindifisco/SC. A placa foi instalada em 26 de maio, em ato que contou com a participação da viúva Gisele Gallotti Elias, amigos e dirigentes sindicais.

"Esta placa é uma homenagem a todos os auditores fiscais que acabaram perdendo a batalha para a Covid-19. E ninguém melhor do que o Paulo Elias, que também representava o Sindifisco em Lages e que sempre se envolveu com as questões da categoria, para simbolizar nossa gratidão aos profissionais que tanto contribuíram com o Fisco e nos deixaram um grande legado", disse o presidente do Sindifisco/SC, José Antônio Farenzena.

Emocionada, Gisele agradeceu as homenagens ao marido, relembrou histórias e falou da saudade que sente do companheiro de 27 anos de casamento e com quem teve dois filhos. "São estas lembranças e homenagens que acalentam o nosso coração neste momento tão difícil. Meu marido vai fazer falta, com toda a certeza, mas temos que seguir em frente, sempre o colocando em nossas orações. Só tenho a agradecer", disse logo após a instalação da placa.

Respeitando as normas sanitárias vigentes, a homenagem foi restrita a apenas oito convidados. Estiveram presentes o presidente José Antônio Farenzena, os diretores Fabiano Dadam Nau (Administração) e Eduardo Lobo (Relações Parlamentares e Institucionais), os auditores fiscais Rogério Mello, Felipe Letsch, Paulo Gotelip e a esposa Gerusa Gallotti Gotelip, que também é irmã da viúva Gisele.

Quem foi Paulo Roberto Elias – No quadro da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) desde 1995, o auditor fiscal Paulo Elias tinha 57 anos, era casado e pai de dois filhos. Na carreira, atuou como membro do Grupo Especialista de Automação Comercial (Gesac) e integrou o Grupo Especialista de Combustíveis e Lubrificantes (Gescol). Estava à frente da Gerência Regional de Lages. Graduado em Direito e em Contabilidade, tinha mestrado e há 17 anos era professor de Ciências Contábeis na Uniplac. Em 22 de março, após 11 dias de luta contra a Covid-19, não resistiu.

In Memoriam – A nova placa da sala de reuniões é também uma homenagem aos auditores fiscais Luiz Alberto Martins (Tubarão), João Paulo Mosena (Florianópolis) e Ivanilso Pasquali (Itajaí) – Martins e Mosena não resistiram à Covid19 e Pasquali lutava contra um câncer. Homenagens também aos servidores Adilson Vieira, Oscar Sebastião Silveira, Antônio Medeiros Vieira, Henrique Arruda Ramos, Dorival Pedro, Fernando Procópio Damázio, Fridolino Francisco Thiesen, Fidelis Schappo e Neuza Maria da Silva Abreu.

PARA SEMPRE LEMBRADOS

HOMENAGENS

Auditores fiscais relembraram momentos importantes ao lado de **Paulo Roberto Elias. Confira:**

José Antônio Farenzena, presidente do Sindifisco/SC

"Nós todos torcemos muito por ele, mas infelizmente a vida nos deu essa rasteira, tirando do nosso convívio um profissional e pessoa exemplar, que será sempre lembrado pelo Sindifisco e por toda a categoria."

Rogério Mello, auditor fiscal

"Eu tinha com o Paulo Elias uma parceria muito forte, que ia além do trabalho e se transformou numa grande amizade."

Fabiano Dadam Nau, diretor-administrativo do Sindifisco/SC

"Paulo deixou grandes amigos e boas memórias para todos nós: sua história profissional não será esquecida."

Felipe Letsch, gerente de fiscalização da SEF

"Ele tinha personalidade, era corajoso e sabia enfrentar os problemas. Será difícil ir a Lages e não encontrar lá o nosso grande anfitrião."

Eduardo Lobo, diretor de relações parlamentares e institucionais do Sindifisco/SC

"O Paulo Elias foi o 'parceiro número 1' do Sindifisco e em diversos momentos agiu com desprendimento para defender a categoria."

Paulo Gotelip, auditor fiscal e concunhado de Paulo Elias

"Paulo Elias veio de família humilde e iniciou sua trajetória profissional muito cedo, aos 16 anos ingressou na carreira militar e sempre perseverou. Nossa relação era profissional e também familiar, com muita troca de experiências e aprendizado. Foi o Paulo o responsável por um dos grandes momentos da minha vida, quando apresentou minha esposa."

Homenagem a Paulo Elias

Em maio, o presidente José Antônio Farenzena e a viúva Gisele Gallotti Elias fixaram a placa que deu o nome do AFRE Paulo Roberto Elias à sala de reuniões da sede, em Florianópolis

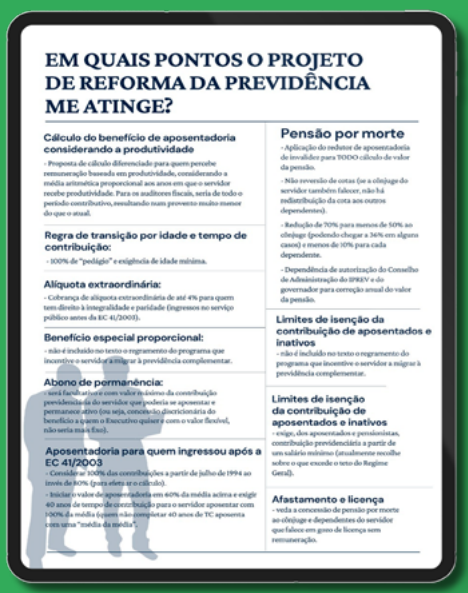
REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fisco defende mudanças nos projetos que alteram o sistema previdenciário catarinense já a partir de 2021

Proposta do Governo do Estado foi encaminhada à **Assembleia Legislativa** em 28 de junho e deve ser votada em plenário até 4 de agosto; **Diretoria** vem trabalhando para que o modelo aprovado pelos **deputados estaduais** garanta o equilíbrio entre os **interesses públicos** e os **direitos dos servidores estaduais**

Encaminhada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa em 28 de junho, a Reforma da Previdência é a grande prioridade na pauta da diretoria do Sindifisco/SC. Após detalhada análise dos dois projetos que vão regulamentar o novo sistema previdenciário catarinense, o presidente José Antônio Farenzena, os diretores Eduardo Lobo (Relações Parlamentares e Institucionais) e Fabiano Dadam Nau (Administrativo) e o conselheiro Rogério Macanhão iniciaram uma verdadeira maratona para levar aos deputados estaduais argumentos e sugestões de ajustes defendidos não apenas pelos auditores fiscais.

É grande a mobilização de todo o funcionalismo público em torno de questões polêmicas, como as novas regras de transição, a criação da alíquota extraordinária e o cálculo da pensão em caso de morte do servidor. Há pelo menos dez dispositivos na proposta governamental que, se aprovados sem qualquer ajuste, vão atingir diretamente os auditores fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda **(confira no quadro ao lado).**



EM QUAIS PONTOS O PROJETO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA ME ATINGE?

Cálculo do benefício de aposentadoria considerando a produtividade
- Proposta de cálculo diferenciado para quem percebe remuneração baseada em produtividade, considerando a média aritmética proporcional aos anos em que o servidor recebe produtividade. Para os auditores fiscais, seria de todo o período contributivo, resultando num provento muito menor do que o atual.

Regra de transição por idade e tempo de contribuição:
- 100% de "pedágio" e exigência de idade mínima.

Alíquota extraordinária:
- Cobrança de alíquota extraordinária de até 4% para quem tem direito à integralidade e paridade (ingressos no serviço público antes da EC 41/2003).

Benefício especial proporcional:
- não é incluído no texto o regramento do programa que incentive o servidor a migrar à previdência complementar.

Abono de permanência:
- isenta facultativa com valor máximo da contribuição previdenciária do servidor que poderia se aposentar e permanece ativo (ou seja, concede-lo discricionária do benefício a quem o Executivo quiser) com o valor flexível, não seria mais fixo).

Aposentadoria para quem ingressou após a EC 41/2003
- Considerar 100% das contribuições a partir de julho de 1994 ao invés de 80% (para alterar o cálculo).
- Iniciar o valor de aposentadoria em 60% da média acima e exigir 40 anos de tempo de contribuição para o servidor aposentar com 100% da média (quem não completar 40 anos de TC aposenta com uma "média da média".

Pensão por morte
- Aplicação do redutor de aposentadoria de invalidez para TODO cálculo de valor da pensão.
- Não reversão de cotas (se a cônjuge do servidor também falecer, não há redistribuição da cota aos outros dependentes).
- Redução de 70% para menos de 50% ao cônjuge (podendo chegar a 36% em alguns casos) e menos de 10% para cada dependente.
- Dependência de autorização do Conselho de Administração do IPREV e do governador para correção anual do valor da pensão.

Limites de isenção da contribuição de aposentados e inativos
- não é incluído no texto o regramento do programa que incentive o servidor a migrar à previdência complementar.

Limites de isenção da contribuição de aposentados e inativos
- exige, dos aposentados e pensionistas, contribuição previdenciária a partir de um salário mínimo (atualmente recolhe sobre o que excede o teto do Regime Geral).

Afastamento e licença
- veda a concessão de pensão por morte ao cônjuge e dependentes do servidor que faleceu em gozo de licença sem remuneração.

"É importante que se diga que não somos contrários à Reforma da Previdência, mas defendemos que o modelo que venha a ser aprovado garanta o equilíbrio das contas públicas no futuro e leve em consideração os interesses da sociedade e dos próprios servidores estaduais que dedicaram suas vidas ao serviço público", observa Farenzena.

A expectativa é de que a Reforma da Previdência seja colocada em votação no plenário da Alesc em 4 de agosto (leia mais na entrevista com o diretor (Eduardo Lobo).

NOTA DA REDAÇÃO - *Esta matéria foi produzida com informações do final de junho e início de julho, antes da divulgação do relatório final das comissões que analisam a Reforma da Previdência na Alesc.*

ENTREVISTA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Diretor de Relações Parlamentares e Institucionais do Sindifisco/SC, o auditor fiscal Eduardo Lobo vem trabalhando conjuntamente com o presidente José Antônio Farenzena nas articulações junto ao Executivo e Legislativo na tentativa de garantir ajustes na Reforma da Previdência, que deve ser votada em 4 de agosto. Em reuniões e conversas quase diárias com deputados estaduais realizadas ao longo de junho e julho, os dirigentes alertaram para a necessidade de rever dispositivos polêmicos dos projetos, como os que tratam das regras de transição, criam a alíquota extraordinária ou mesmo estabelecem um novo cálculo para o pagamento de pensões em caso de morte do servidor. Um dos protagonistas do debate, o Sindifisco/SC se uniu a outras carreiras, estratégia que fortaleceu junto ao Parlamento a necessidade de atender reivindicações comuns ao funcionalismo público. Confira, nesta entrevista, um pouco do trabalho realizado pelo diretor Eduardo Lobo e entenda o que está em jogo com a Reforma da Previdência.

"A tendência do Parlamento é **aparar as arestas da Reforma Previdenciária"**

Não é a primeira vez que o Governo do Estado tenta aprovar a Reforma da Previdência. Quais as principais mudanças entre os projetos apresentados em 2019 e 2021? E quais regras atingem diretamente os auditores fiscais?

O projeto

O projeto apresentado pelo Governo do Estado na Assembleia Legislativa no final de 2019 era um pouco mais leve do que o atual. Na época, o relator era o deputado estadual Maurício Eskudlark (PL), que fez uma série de mudanças ao texto original e o tornou mais justo para o funcionalismo público, mas o Executivo retirou a pauta do Legislativo e aquela versão não foi adiante. Já o novo projeto, apresentado no final de junho, é mais rigoroso com o servidor e atinge diretamente os auditores fiscais. Um dos problemas é a questão da contribuição extraordinária: o projeto prevê que, além dos 14% pagos atualmente, serão criadas pelo menos outras quatro faixas de contribuição, que vão de 1% a 4%. Esse percentual é adicionado aos 14%, variando de acordo com o salário. Já a alíquota efetiva é 2,5%. Então, na prática, passaríamos de um recolhimento de 14% para 16,5%.

Com relação às pensões, este projeto também é mais gravoso. Por exemplo: caso um servidor que ganha R$ 10 mil venha a falecer, para o pensionista restará apenas 36% deste valor como remuneração mensal. O projeto também engloba a questão da redução da faixa de isenção para aposentados e pensionistas. Hoje a alíquota previdenciária incide sobre o valor que extrapola o teto de R$ 6,3 mil e a proposta do Governo do Estado é reduzir a faixa de isenção para um salário mínimo, que gira em torno de R$ 1,1 mil mensais. Estes três pontos mostram que a atual proposta da Reforma da Previdência é mais rígida e dura em excesso com o servidor público.

Há ainda a polêmica em torno da regra de transição. Qual a avaliação do Sindifisco?

Pleiteando redução de 30% do pedágio

Sim, a regra de transição é uma questão polêmica e deve ser revista pelo próprio Governo do Estado. Nós estamos pleiteando que o pedágio de 100% proposto pelo Executivo seja reduzido para 30% para que a transição não seja tão pesada para o servidor público. Também pedimos a redução da idade mínima para a transição. São regras muito rígidas para todo o funcionalismo, profissionais que contribuíram a vida inteira e estão próximos da aposentadoria.

A diretoria do Sindifisco/SC analisou os projetos e agora está defendendo mudanças em pelo menos 10 pontos. Como está a articulação junto aos deputados estaduais e até mesmo dentro do próprio governo?

Nova proposta

O Sindifisco enviou a nova proposta para todos os filiados, solicitando sugestões de mudanças nos dois projetos que vão regulamentar o sistema previdenciário catarinense. Juntamos todas as sugestões enviadas, compilamos as alterações e levantamos cerca de 20 propostas de mudanças na PEC e no PLC. Com base neste material, passamos a fazer contatos tanto com o Executivo quanto com o Legislativo. Ainda em junho, iniciamos as conversas na Alesc, com reuniões quase diárias com os deputados estaduais governistas e também da oposição. Todos os parlamentares se mostraram muito receptivos às alterações, pois perceberam que existem algumas incongruências, já que a proposta não incide, por exemplo, sobre os militares, que continuam com a alíquota de 10,5%. O aumento é válido apenas para os servidores civis. Isso acabou criando dois mundos no funcionalismo: militares e civis. Todos os deputados estão muito propensos a apresentarem mudanças nos projetos. Nossos contatos na Alesc têm sido feitos com a parceria de várias associações, sindicatos, representantes do Judiciário e Ministério Público. As demandas são parecidas e temos trabalhado de forma coordenada e em parceria com outras carreiras.

Já há algum cálculo do impacto financeiro que as mudanças, se aprovadas sem qualquer ajuste, podem ter nos salários e aposentadorias dos auditores fiscais?

2,5% a mais de recolhimento

Para os servidores ativos, o impacto financeiro será pela contribuição extraordinária, que irá gerar 2,5% a mais de recolhimento. Já para os ativos e pensionistas, a redução da faixa de isenção irá implicar em mais recolhimento.

A criação de incentivos para que o servidor opte pela Previdência Complementar não seria uma alternativa?

Regulamentação do Plano de Incentivo à Migração

Sim, mas é importante regulamentar o Plano de Incentivo à Migração (PIM) para o pessoal que deseja aderir à Previdência Complementar. É uma alternativa para o servidor exercer o direito de escolha de não recolher sobre o total da remuneração, como é feito hoje pelo funcionalismo público. A sugestão é que o servidor pague apenas sobre o limite do INSS e que aquele capital acumulado já pago de verba previdenciária possa ser "levado" para o Plano de Previdência Complementar, que no Estado é a SCPREV. O Executivo tem sinalizado que irá construir esse PIN, mas ainda não sabemos se será na Reforma da Previdência ou numa legislação específica que será enviada e aprovada posteriormente.

Falando em sinalização: há disposição do Legislativo e do Executivo em acatar essas sugestões e rever dispositivos considerados injustos para todo o funcionalismo?

Construir um modelo sustentável

Temos sentido muita receptividade às nossas demandas entre os deputados estaduais das diferentes bancadas e as conversas têm sido extremamente positivas. O que escutamos muito é que a tendência do Parlamento é aparar as arestas da Reforma Previdenciária, já que a proposta veio muito dura e pesada para cima do servidor público em geral. De qualquer maneira, somente quando os relatores apresentarem os respectivos pareceres nas comissões é que saberemos quais sugestões serão acatadas e até que ponto há disposição política de se construir um modelo sustentável para o futuro e que atenda a sociedade e também os servidores públicos.

O Sindifisco/SC já estuda ou cogita recorrer ao Judiciário em caso de aprovação integral e sem qualquer ajuste da Reforma da Previdência proposta pelo Governo do Estado?

Tornar a proposta mais justa

Ainda é cedo para essa discussão porque não sabemos o que será aprovado pela Alesc. O nosso objetivo neste momento é tentar todas as possibilidades de tornar a proposta mais justa, um pouco menos pesada para os servidores públicos, em especial para o Fisco, já que contribuimos a vida toda pagando bastante - o nosso desconto é sobre a remuneração total. Então, ao longo de uma vida laboral de 30, 40 anos, pagamos muito. Sabemos que é pesada esta rubrica na vida do servidor, vamos tentar ao máximo nas próximas semanas reduzir as distorções que existem nesta Reforma Previdenciária. Somente depois, quando tivermos o texto final e sancionado, iremos pensar em questões judiciais. Vamos insistir nas articulações com o Executivo e o Legislativo para reduzir as injustiças. Depois, num segundo momento, podemos pensar em recorrer ao Judiciário se for o caso. texto final e sancionado, iremos pensar em questões judiciais. Vamos insistir nas articulações com o Executivo e o Legislativo para reduzir as injustiças. Depois, num segundo momento, podemos pensar em recorrer ao Judiciário se for o caso.

NOTA DA REDAÇÃO - *Esta matéria foi produzida com informações do final de junho e início de julho, antes da divulgação do relatório final das comissões que analisam a Reforma da Previdência na Alesc.*

"A proposta da Reforma da Previdência é **dura em excesso com o servidor público.**"

"A regra de transição é uma questão polêmica: nós estamos pleiteando que o pedágio de 100% proposto pelo Executivo seja reduzido para 30% para que a transição não seja tão pesada para o servidor público. Também pedimos a redução da idade mínima para a transição."

"Há algumas incongruências. A proposta não incide, por exemplo, sobre os militares, que continuam com a alíquota de 10,5%. **O aumento é válido apenas para os servidores civis. Isso acabou criando dois mundos no funcionalismo: militares e civis."**

"Vamos insistir nas articulações com o Executivo e o Legislativo para reduzir as injustiças. **Depois, num segundo momento, podemos pensar em recorrer ao Judiciário se for o caso."**

FISCO EM AÇÃO

JANEIRO

CADASTRO RESERVA DE 2018

Em nova reunião com os aprovados no concurso de Auditor Fiscal que integram o Cadastro Reserva de 2018, a Diretoria do Sindifisco/SC se comprometeu a voltar a pedir ao Governo do Estado que faça a convocação dos profissionais. Em janeiro, havia aproximadamente 100 vagas na carreira em aberto, o que abria margem para as novas nomeações. "Este reforço no quadro é fundamental para o trabalho do Fisco, que continua comprometido em manter o bom desempenho da arrecadação estadual", disse o presidente José Antônio Farenzena na reunião virtual.

FEVEREIRO

ARRECADAÇÃO DE R$ 3 BILHÕES REPERCUTE NO ESTADO

Notícias Santa Catarina Diversão Show Me Futebol Esportes Coticiano Blogs e colunas Publicações Legais

SINDIFISCO CLIQUE AQUI e saiba mais 3 BILHÕES DE REAIS PARA OS CATARINENSES VIVEREM MELHOR

Arrecadação em SC atinge marca histórica de R$ 3 bilhões em um mês

José Antonio Farenzena, presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina

CONTEÚDO ESPECIAL, SINDIFISCO, JOINVILLE
22/02/2021 ÀS 15H15 - Atualizado Há 17 horas

Não há milagre quando o assunto é o desempenho da arrecadação catarinense

Enquanto a União amargava o pior desempenho de arrecadação da década em 2020, Santa Catarina chegava à marca inédita de R$ 3 bilhões arrecadados apenas no mês de janeiro de 2021. Deste total, quase 97% equivalem à arrecadação própria do Estado.

"Este desempenho tem relação direta com a atividade e presença fiscal, com os controles e engajamento pessoal do corpo técnico. Não se trata de conjuntura, se fosse assim outros Estados e a União também registrariam crescimento. Considerando o ano de 2020, crescemos 2,3% na arrecadação anual total e 2,6% na arrecadação anual do ICMS, enquanto na União o resultado foi negativo em 6,9% em 2020, o pior resultado da década", avalia o presidente do Sindifisco – Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de SC, José Antonio Farenzena, o Zeca.

José Antonio Farenzena – Presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina – Foto: SINDIFISCO.

A título de comparação, os vizinhos do Paraná e do Rio Grande do Sul também amargaram perdas em 2020, segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. A economia paranaense encerrou o último ano com resultado negativo de 0,5%. Já os gaúchos registraram perda de 1,5% na arrecadação em 2020 na comparação com 2019.

O desempenho da arrecadação estadual de R$ 3,1 bilhões em janeiro é destaque em todo o Estado. Na imprensa, colunistas avaliam o impacto direto no montante compartilhado com os municípios, com destaque para os resultados para Florianópolis, Itajaí, Joinville, Blumenau, Criciúma, Tubarão, Chapecó e Lages. Em entrevista ao jornalista Marcos Schettini, o presidente José Antônio Farenzena ressalta que a rápida recuperação da economia catarinense após o primeiro abalo da pandemia é resultado do trabalho consolidado da administração tributária estadual.

"Não há milagre, não há sorte! Trabalhamos exaustivamente, houve engajamento de toda a carreira: há pessoas dedicadas construindo e implementando bons projetos e ajudando a equilibrar a economia. Sinto orgulho em representar a carreira dos auditores fiscais, porque temos uma equipe enxuta focada na modernização de processos que trazem aumento na eficiência e efetividade dos trabalhos, e que trabalha para garantir ao contribuinte estabilidade, concorrência leal e segurança jurídica sem elevar a carga tributária", disse num dos trechos da entrevista.

MARÇO

PROTAGONISMO NA REFORMA ADMINISTRATIVA

Em reunião com o deputado federal Darci de Matos (PSD), relator da PEC 32 que altera as regras para os servidores públicos, o Sindifisco/SC defende a busca de alternativas que não prejudiquem o serviço público e a atuação das carreiras. Há o compromisso de realização de audiências públicas para discutir a pauta e o parlamentar catarinense é solícito quanto ao recebimento de sugestões da categoria. A discussão contou ainda com a participação de dirigentes da Fenafisco e da Fonacate.

BOSQUE DA INTEGRAÇÃO

Área mantida pelo Sindifisco/SC e a Affesc, o Bosque da Integração (Florianópolis) foi revitalizado com o plantio de dez novas árvores frutíferas. O local, onde estão plantadas pelo menos 30 espécies diferentes, passou a ter pés de jabuticabas, figo, tangerinas, mirtilo, laranja (bahia e pera) e fruta-do-conde. Algumas das árvores já estão dando frutos. Outras ainda devem levar até um ano para se tornarem produtivas. Com o investimento, o Bosque da Integração passou a ser mais uma alternativa de lazer e descanso para quem visita a Affesc, especialmente os auditores fiscais que lá podem usufruir de toda a infraestrutura com suas famílias.

ABRIL

APROVADO

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os filiados do Sindifisco/SC aprovam, por unanimidade, as contas de 2020. Os números passaram pela análise criteriosa dos membros do Conselho Fiscal e os conselheiros Márcia Maria Alves de Arruda Bortolanza e Soli Carlos Schwalb recomendaram a aprovação sem quaisquer ressalvas. Em nova convocação, é homologado o resultado da votação que colocou em discussão entre os filiados quatro alterações no Estatuto do Sindifisco/SC. Do total de 540 auditores fiscais aptos a votar, 225 registraram seus votos eletronicamente.

MUDANÇAS NA SEF

Com o afastamento do governador Carlos Moisés da Silva em razão do processo de impeachment, a vice-governadora Daniela Reinehr nomeia o auditor fiscal Rogério Macanhão para a Secretaria de Estado da Fazenda. Presidente do Sindifisco/SC entre 2003 e 2005 e titular do Conselho Fiscal, o novo secretário pede licença do trabalho sindical para se dedicar exclusivamente a SEF.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Atendendo a convite da Fenafisco, o Sindifisco/SC participa de ciclo de palestras que trata da Reforma Administrativa. Ao falar para dirigentes sindicais de todo o País, o presidente José Antônio Farenzena alerta que, com a aprovação da PEC 32, haverá diferença de regras para servidores que desempenham as mesmas funções, o que traz desunião e desarmonia à classe. Outro alerta foi dado para a hipótese de perda de direitos adquiridos pelos servidores que ainda estão na ativa. "Ter um serviço público estável se mostrou ainda mais necessário durante a pandemia para garantir o bem-estar e a segurança da sociedade", disse Farenzena.

MAIO

PAULO ELI REASSUME A SEF

Com o julgamento do processo de impeachment, o governador Carlos Moises da Silva volta ao cargo e reconduz o auditor fiscal Paulo Eli para a Secretaria de Estado da Fazenda. O Sindifisco divulga nota o cumprimentando e também reafirmando estar à disposição para colaborar com uma gestão de sucesso e bons resultados para os catarinenses.

FAZENDA E ALESC ACERTAM DETALHES DO NOVO PREFIS

Acordo entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Assembleia Legislativa oferece condições para o contribuinte colocar suas dívidas tributárias em dia. O pagamento de débito com desconto de 90% de juros e multas, que seria somente para quitação à vista, passa a valer também para parcelamento em 12 vezes. E para quem optar pelo prazo maior, é possível pagar em 36 vezes com desconto de 75% de juros e multas. A cobrança prevista de 1% ao mês de juros é suspensa.

CLIPPING SINDIFISCO

Em maio, o Sindifisco/SC passou a compartilhar diariamente, pelo WhatsApp, um resumo das principais notícias de Santa Catarina. Em alguns dias, o grupo já contava com cerca de cem participantes, auditores fiscais de todo o Estado que se cadastraram para ter acesso às informações.

JUNHO MUDANÇAS NO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Desde 8 de junho, o Conselho de Representantes do Sindifisco/SC tem novos presidente e vice: Robson Marcondes (Criciúma) e Elton Cesar Franco Magalhães de Oliveira (Itajaí) assumiram os respectivos cargos para cumprir mandato tampão de até um ano. Alegando questões pessoais, Renato Luiz Hinning e Felipe André Naderer se licenciaram das cadeiras de presidente e vice-presidente por tempo indeterminado. O auditor fiscal Valério Odorizzi Júnior continua sendo o secretário do Conselho de Representantes do Sindifisco/SC. Tanto a aprovação dos pedidos de licença quanto a escolha dos dois novos dirigentes ocorreram em votação simbólica e por unanimidade. A reunião realizada em Florianópolis contou com a participação dos auditores fiscais das 15 gerências regionais da Secretaria de Estado da Fazenda, representantes do Sistema de Administração Tributária (S@T), do Tribunal Administrativo Tributário (TAT) e da Diretoria de Administração Tributária (DIAT).

SINDIFISCO

SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A PRESENÇA FISCAL É ALIADA DA SOCIEDADE E DO DESENVOLVIMENTO.